

Carlos Vinícius Lacerda; Fernanda Medeiros; Thiago Pereira Alberto

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Universidade Federal de Minas Gerais;

Universidade Federal Fluminense

Meu cu, minhas regras: a potência política-estética na performance “anal” de Linn da Quebrada

O trabalho visa a investigar as dimensões políticas-estéticas do corpo na sociedade contemporânea por meio da análise do papel histórico do cu e do que esse órgão, e as práticas relacionadas a ele, colocam em jogo na esfera social e intersubjetiva, por meio do trabalho autoral da cantora Linn da Quebrada. Para isso, operacionalizamos a performance e as letras da artista pelas noções de profanação (Agamben) e de políticas anais e da ética da passividade (Saez e Carrascosa) para mostrar que, para além de um processo de ressignificação semântico, o cu e sua presença na música podem desempenhar um papel fundamental para trepidação de normas institucionalizadas, do alargamento de significações e, conseqüentemente, para o agenciamento de novos fluxos desterritorializados (Deleuze e Guatarri). Dessa forma, surgem fissuras para que sujeitos, principalmente aqueles tidos como desviantes, possam experimentar seus corpos e desejos desconectados “das grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira como perceber o mundo”. Como objeto de análise, escolhemos a música Dedo Nucué e algumas das apresentações desta canção ao vivo, disponibilizadas no Youtube, por acreditarmos que a canção é exemplar dessa outra forma de representação anal: o cu é retratado de forma condizente com intenções e desejos, não como uma injúria, como aquilo que não deve ser tocado nem comentado. “Primeiro põe um pé, põe outro / Depois cai dentro / Mas que cool aconchegante / Parece um acampamento”. Ao referenciar e profanar o cu, a cantora se posiciona politicamente ao torná-lo um espaço não regulado pela sociedade, proclama um cu desprivatizado. Assim, propõe uma liberação para o corpo e para o desejo de amarras sociais e faz um convite à esquizofrenização de códigos institucionalizados e demais forças reguladoras e, assim, gera a possibilidade de ser para todxs.